

## REVOLTAS NA REPÚBLICA VELHA

### 1) Conflito entre a “modernidade” e a “tradição”

#### 1.1. A modernização capitalista altera antigos modos de vida

*\* Com a expansão do capitalismo na República, é inegável que muitos passaram a sentir seus impactos sociais. A expansão das indústrias e ferrovias forçou muitas comunidades urbanas e rurais a deixar seus lugares de origem. O assalariamento e o consumo mudaram práticas sociais cotidianas nas cidades. Enfim, a expansão da economia capitalista trazia um novo padrão de comportamento de forma abrupta, provocando desconfiança nas populações “marginalizadas”.*

#### 1.2. A República e seu projeto de “enquadramento” do cidadão

*\* Sabemos que grande parte do prestígio desfrutado pelo Império junto às classes populares provinha da leniência com que a administração imperial tratava dos costumes populares tradicionais, das religiões populares, enfim, dos modos de vida das classes pobres.*

*\* Não houve, durante o Império, um projeto definido de disciplinamento das massas, de europeização dos costumes populares e de eliminação das raízes tradicionais na cultura popular. Em suma, o Império pouco se preocupou com a vida cotidiana das massas populares.*

*\* A República, por sua vez, nasce com um claro discurso de “Ordem” e de “Progresso”, no qual tudo aquilo que não é “civilizado” (ou seja, praticado pelas nações desenvolvidas da Europa e pelos Estados Unidos) deve ser combatido, com a finalidade de retirar a nação brasileira de seu atraso secular.*

*\* Isto significava dizer que, para a elite republicana liberal, as práticas culturais populares, os costumes do povo (tradicionais, com ampla influência africana) e seus padrões de comportamento e relacionamento destoavam profundamente do modelo “civilizado”, baseado nos princípios liberais do contrato e do individualismo.*

*\* É sob esta ótica que devemos entender as revoltas na República Velha, que foram uma forma extremada de protesto diante do avanço implacável da “modernização social”.*

### 2) Canudos (1897)

#### 2.1. Milenarismo

*\* Antonio Conselheiro começa a se destacar com líder religioso (leigo) ainda nos tempos do Império.*

*\* Com a República, se estabelece no interior do estado da Bahia, no Arraial de Canudos, onde forma uma comunidade camponesa de fanáticos religiosos, que tinha por finalidade edificar naquele local uma cidade santa, chamada de Belo Monte, que pretendia ser mais uma das inúmeras “Jerusaléns Terrestres” proclamadas por movimentos messiânicos ao longo da História.*

*\* Antonio Conselheiro e seus beatos tinham uma concepção milenarista de futuro: acreditavam na proximidade do Fim dos Dias, e no ajuste de contas entre justos e pecadores.*

*\* Para o Conselheiro, a Proclamação da República, com sua proposta de enquadramento do cidadão, de laicização do Estado, de defesa do individualismo, da razão e da ciência, eram um sinal inequívoco da proximidade do fim do mundo.*

#### 2.2. A comunidade alternativa de Canudos e seus inimigos

*\* Vivendo em comunidade, os aldeões de Canudos obtém relativa prosperidade material.*

*\* A perspectiva de um “território livre” da opressão dos fazendeiros faz com que mais e mais trabalhadores rurais abandonem o trabalho nas fazendas e migrem para Canudos.*

*\* Os fazendeiros locais, temerosos com o crescimento do “território livre”, e do “mau exemplo” dado pelos beatos ao receberem trabalhadores em fuga da exploração, lançam mão de sua influência sobre o Estado, a partir dos mecanismos da Política dos Governadores, para mover as forças repressivas estatais contra Canudos.*

*\* A Igreja Católica, temendo a expansão do poder de Antonio Conselheiro como intermediário entre o homem e Deus, entende que Canudos deve ser “desarticulada” para o bem da Igreja Católica no Brasil.*

### 2.3. A repressão

*\* Em duas expedições do Exército, nos anos de 1896 e 1897, o Arraial de Canudos foi destruído*

## 3) A Guerra do Contestado (1912-1916)

### 3.1. A região do Contestado

*\* Trata-se de localidade situada na divisa entre os estados do Paraná e de Santa Catarina. O nome vem do fato de que a região era disputada pelos governos catarinense e paranaense, contenda esta que somente foi resolvida em 1910, após julgamento do Supremo Tribunal Federal, que deu ganho de causa à Santa Catarina.*

### 3.2. A Brazil Railways Co. e as transformações econômicas

*\* Em 1908, a Brazil Railways Co., empresa de capital britânico, obteve concessão do governo republicano para construir ferrovia ligando São Paulo ao Rio Grande do Sul.*

*\* Para a construção da ferrovia, a companhia recebeu amplas extensões de terras. As comunidades camponesas que residiam nestes locais foram expulsas.*

*\* Para a construção da ferrovia, cerca de oito mil trabalhadores urbanos foram recrutados no Rio de Janeiro, Santos, Salvador e Recife. Após a conclusão dos trabalhos, foram dispensados e deixados no sertão catarinense, sem condições de retornar às suas casas.*

### 3.3. O “Monge” José Maria

*\* Os operários dispensados e os camponeses desalojados formam uma massa de população errante pelo interior de Santa Catarina.*

*\* Neste contexto, seus modos de vida tradicionais e visões de mundo foram severamente abalados pelo modo “individualista”, capitalista e “contratual” com que foram tratados pela Brazil Railways. Sob as regras do capitalismo e do liberalismo, as relações humanas deveriam ser contratuais, mercantis, o que não deixava espaço para o sentimento de comunidade, de apadrinhamento ou de compromisso.*

*\* Em meio à expansão de padrões de comportamento hostis ao tradicionalismo, esta massa de errantes é cativada pela pregação de beatos e extremistas religiosos de vários tipos.*

*\* Em Santa Catarina, a figura do “Monge” José Maria (Miguel Lucena de Boaventura, desertor do Exército) se destaca como líder espiritual.*

*\* José Maria tinha idéias messiânicas e milenaristas, que viam na República e no capitalismo uma expressão satânica, anti-cristã. Aguardava o Apocalipse, e preparava seus fiéis seguidores para ele. Valorizava a monarquia como forma de “governo sagrado”, e resgatava a importância de instituições ligadas ao passado medieval europeu, como a cavalaria e a nobreza.*

### 3.4. Os beatos e a disputa entre oligarquias

*\* Em Curitiba, no estado de Santa Catarina (na região do Contestado) duas eram as principais famílias de fazendeiros. Os Albuquerque eram a oligarquia principal, interlocutora do governo estadual no âmbito da Política dos Governadores. Já os Almeida compunham uma oligarquia dissidente, que almejava expandir seu poder.*

*\* Diante do exposto, o coronel Henriquinho de Almeida resolve ceder terras de sua propriedade para os beatos do Monge José Maria, de modo que pudessem edificar sua comunidade de crentes.*

*\* Assim, nas terras de Henriquinho de Almeida, foi organizada a “comunidade santa”, que contava com ministério e uma “força armada” liderada pelos “Pares de França”, nome dado aos chefes guerreiros da comunidade, inspirados nos cavaleiros de Carlos Magno, rei dos Francos (742-814 d.C)*

*\* Naturalmente, os Almeida faziam o “favor” de abrigar os beatos, esperando em troca o apoio armado contra os Albuquerque, e também, eventualmente, que expandissem seu curral eleitoral.*

*\* O coronel Francisco de Albuquerque, percebendo o plano, usa de sua influência para persuadir o governo estadual para que use a Polícia Militar para dissolver a comunidade.*

*\* Com o ataque da polícia de Santa Catarina, os beatos fogem para Irani, no Paraná, cruzando a divisa.*

### 3.5. Um mal-entendido e a criação do “mártir” José Maria

*\* A movimentação dos beatos pela divisa e seu estabelecimento foi interpretado pelo governo do Paraná como uma invasão de forças catarinenses. Após perder o Contestado, o governo paranaense não aceitaria mais uma intromissão catarinense.*

*\* Assim, decide-se pelo envio de um destacamento da polícia do Paraná para confrontar os beatos. Durante a luta, morre o beato José Maria.*

### 3.6. A Guerra do Contestado (1912-1916)

*\* Inicia-se com a revolta dos seguidores de José Maria. Uma das “virgens” da comunidade, chamada Teodora, afirma ter visões nas quais o beato José Maria ordena a reconstrução da comunidade e a vingança contra as forças “ímpias” da República.*

*\* Novos redutos de beatos foram sendo criados por todo o Sul, com a perspectiva da ressurreição de José Maria, e da vinda do “milênio” ( o Dia do Juízo)*

*\* A “guerra santa” se espalhou pelo sul, o que exigiu o emprego de praticamente todo o efetivo mobilizado do Exército. Foi necessário, inclusive, o emprego de aviação contra os insurretos. O saldo final do confronto foi de 20 mil mortos.*

## 4) O Cangaço

*\* Como sabemos, os coronéis garantiam seu poder através do emprego da força bruta, exercida por meio de exércitos particulares, compostos pelos chamados jagunços.*

*\* A decadência econômica da região fez com que muitos coronéis tivessem dificuldade de impedir que seus jagunços, bem como outros indivíduos marginalizados, acabassem formando grupos independentes de bandidos.*

*\* Tratavam-se de “rebeldes primitivos”, ou seja, optavam pelo banditismo em função da falta de condições de se integrarem à ordem econômica, e a forma pela qual atacavam esta mesma ordem era através da violência e do crime, sem qualquer projeto político alternativo.*

*\* O principal representante do Cangaço foi sem dúvida Virgulino Ferreira da Silva, o “Lampião”, cuja ação iniciou-se em 1920 e estendeu-se até sua morte, em 1938, já durante o Estado Novo.*

## 5) A Revolta da Vacina (1904)

### 5.1. Rodrigues Alves e as Reformas na Capital Federal

*\* Rodrigues Alves (1902-1906) assumiu a presidência com a plataforma política de reformar a Capital Federal e o Porto do Rio.*

*\* A Capital Federal havia crescido em termos de população, e sua estrutura urbana era completamente arcaica, inadequada para aquele volume demográfico e para a expressão que a República pretendia dar à cidade, em termos de “vitrine” do País para investidores e comerciantes internacionais.*

*\* As condições de higiene eram precárias, sendo as epidemias de cólera, febre amarela, peste bubônica e varíola comuns. Os navios estrangeiros evitavam se aproximar do Porto, de modo a não ameaçar sua tripulações.*

*\* Tudo se devia à aglomeração urbana no Centro do Rio, no qual os velhos casarões foram sendo divididos dando origem às chamadas “casas de cômodos” e cortiços, nos quais dezenas de famílias amontoavam-se em espaços mínimos. A isso soma-se a falta de sistema de esgotos e de fornecimento de água adequados à densidade populacional.*

*\* A miséria trazia consigo o alcoolismo, a criminalidade, a mendicância e as práticas anti-urbanas, com a depredação do patrimônio.*

*\* O Porto do Rio, por sua vez, tinha dimensões inadequadas em termos de espaço e profundidade (o que impedia a aproximação de navios de maior porte), e sua reforma era prioridade da administração Rodrigues Alves.*

*\* Além disso, as epidemias prejudicavam a imigração.*

## 5.2. Pereira Passos: razão e ordem contra o “caos” na Capital Federal.

*\* Já mencionamos a intenção das administrações republicanas em proceder com o enquadramento das populações em formas de comportamento consideradas “civilizadas”.*

*\* A ação de Pereira Passos, ao proceder com as reformas do Centro do Rio, foi a de transformar a região em cartão-postal do País. Para tal, através de uma ação elitista e autoritária, promoveu o “bota abaixo”, derrubando um sem-número de casas e expulsando seus moradores, de modo a viabilizar a construção da Avenida Central, que iria sediar as principais casas importadoras e exportadoras, órgãos de governo, instituições bancárias, enfim, tudo relacionado à modernidade, à elite e aos laços do Brasil com o capitalismo internacional.*

*\* Na medida em que a Zona Norte (subúrbio da Central do Brasil) ainda não dispunha de um sistema de transportes economicamente viável para os trabalhadores manuais (impedindo, portanto, que os pobres pudessem morar nos subúrbios e trabalhar no Centro), sendo espaço privilegiado de uma classe média urbana, restava aos trabalhadores ocupar os morros adjacentes ao Centro, em especial o da Gamboa e do Santo Cristo.*

## 5.3. Oswaldo Cruz: saneamento e ciência contra a “barbárie”

*\* Ao sanitarista Oswaldo Cruz coube a condução de outra batalha contra a “barbárie”: a política de vacinação em massa e de eliminação dos ratos disseminadores da peste bubônica.*

*\* Investido de sua condição de médico, dotado portanto da “autoridade” da ciência e da razão, Oswaldo Cruz e seus agentes sanitaristas investiram contra a população pobre, utilizando inclusive força policial contra os que rejeitavam a vacina.*

*\* Em grande parte, o nível de informação da população era precário, e a compreensão do significado da vacina era pequena. Muitos alegavam que a vacina era uma forma de matar os pobres, ou que não tinha qualquer eficácia.*

*\* Em 1904, diante da resistência da população, o Senado aprova lei tornando a vacina obrigatória, sancionando portanto o uso de mais repressão contra os populares.*

*\* Neste contexto, Lauro Sodré, político, cria a Liga Contra a Vacina Obrigatória, tentando capitalizar votos estando a favor de uma bandeira política popular.*

*\* Paralelamente, se inicia uma rebelião popular, em grande medida sem projeto político, que toma as ruas do Centro do Rio.*

*\* Oficiais jacobinos aproveitaram o contexto de desordem para tentar derrubar o governo de Rodrigues Alves a partir de insurreições na Escola Militar da Praia Vermelha, mas foram contidos.*

#### 5.4. A Revolta: ignorância ou defesa de um modo de vida?

*\* Certamente a tese que enfatiza a “ignorância” da população é a mais difundida naquele momento, em especial pelos sanitaristas.*

*\* Contudo, a Revolta da Vacina não pode ser entendida simplesmente por meio deste expediente. Tratou-se, sobretudo, de um choque entre dois mundos, entre uma população pobre cujos padrões de comportamento e sociabilidade estavam profundamente marcados pelo tradicionalismo pré-liberal e pré-burguês, contra uma elite adepta de uma visão de mundo evolucionista, liberal e cientificista.*

*\* O problema maior foi o modo pelo qual a vacinação foi realizada. O uso da força policial contra os que resistiam implicava a entrada à força nas casas, violando a “santidade do lar”, um valor tradicional. A aplicação da vacina nas mulheres violava a autoridade do “chefe de família”, que teria autoridade e responsabilidade sobre todas as que vivessem sob seu teto.*

### 6) A Revolta da Chibata(1910)

#### 6.1. O elitismo na Marinha e os maus tratos

*\* Sabemos que desde a fundação da República, o alto oficialato da Marinha havia participado pouco do governo, e a opinião pró-monarquia entre seus membros era difundida.*

*\* Além disso, a diferenciação social entre oficiais (elite) e praças (pobres) era gritante.*

*\* Os castigos corporais contra cabos e soldados eram norma, além da má alimentação.*

*\* Diante disso, marinheiros liderados por João Cândido rebelam-se à bordo do encouraçado Minas Gerais. A rebelião é acompanhada pelo motim nos navios São Paulo, Bahia e Deodoro, todos fundeados na Baía de Guanabara.*

*\* João Cândido, pelo rádio, comunica-se com o presidente Hermes da Fonseca, ameaçando bombardear a cidade do Rio de Janeiro caso os castigos não fossem abolidos, e as condições sociais dos marinheiros melhoradas.*

*\* Pela ação de Rui Barbosa, naquele momento Senador da República, aprova-se projeto que garantia a anistia aos revoltosos, caso entregassem as belonaves intactas, e se rendessem.*

*\* Os amotinados concordam com as condições, e se rendem. Feito isso, Hermes da Fonseca decreta Estado de Sítio, e com seus poderes ampliados, captura os revoltosos e os encarcera na prisão da Ilha das Cobras (Baía de Guanabara, Rio de Janeiro)*

*\* João Cândido é absolvido em 1912, e expulso da Marinha.*

*\* Os castigos corporais foram abolidos.*